

ENTRE O PARADIGMÁTICO E O PRAGMÁTICO: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA.

Rouseane da Silva Paula. Mestranda em Educação (PPGED/UFRN)

Prof. Dr. Adir Luiz Ferreira. (PPGED/UFRN) – Orientador

O homem ocidental em seu trajeto histórico volta-se para si a fim de avaliar a chave que o libertou das trevas medievais: o racionalismo e a laicização da escola. Este ser racional questiona-se sobre suas certezas, suas verdades absolutas e percebe que a realidade consegue ser mais veloz e múltipla que os seus axiomas. Saibamos então que este homem defendido pelos iluministas em sua plenitude encontrou seus limites, pois a racionalização tão exaltada na modernidade, através dos séculos sucessivos, frutificou em mortes, mutilações, genocídios, crimes ambientais, violências simbólicas e outras tragédias. O homem desconheceu-se enquanto humanidade, retomando o educador Paulo Freire, desumanizou-se, negando o que de mais profundo nos torna humano: a própria vida.

MORIN (2001, p.97) lembra descobertas que contribuíram para a reformulação do humanismo contemporâneo, pois é Copérnico quem retira do homem o privilégio de ser o centro do Universo; é Darwin quem o torna descendente do antropóide, e não criatura à imagem de seu Criador, é Freud quem dessacraliza o espírito humano e finalmente, é a Hubble quem nos exila nas periferias mais afastadas do cosmo.

Num exercício de revisão dos elementos que delegam à teoria uma superioridade sobre a prática, retomo as nossas longínquas raízes clássicas e trago à luz da reflexão o mito de Vulcano para ilustrar os estigmas existentes em relação à prática, ao trabalho manual. Hefestos ou Vulcano, o artista celestial, era filho de Júpiter e de Juno, nascera coxo e sua mãe sentiu-se tão aborrecida ao vê-lo que o atirou para fora do céu, no entanto, era procurado pelos deuses, pois trabalhava com ferro e forjava escudos, armaduras e jóias para as suas batalhas e conquistas. Semelhante a Hefestos vê-se expulso do espaço metafísico do Olimpo e assume a condição de trabalhador livre, assim o ferreiro embora banido do convívio celeste era de grande valia nos momentos

decisivos. Ao nos aproximemos das raízes mais recentes percebemos a herança cultural da nossa história escravocrata. Um país que por durante quatro séculos viveu e sobreviveu da escravidão, ainda é marcado pela supremacia do pensar em detrimento do fazer. Como afirma FERREIRA (1993) nas origens da nossa formação social estão presentes a grande propriedade territorial e a escravidão. De modo que os trabalhos manuais são menosprezados na sociedade brasileira, nas mais diversas áreas, o reconhecimento cultural é dedicado aos *profissionais de gabinete*.

Estas raízes foram sedimentadas, através de séculos, e fundamentam as práticas sociais contemporâneas, na dimensão educacional, por exemplo, não é privilégio da educação de jovens e adultos este fosso que separa teoria e prática, percebe-se esta dicotomia também na formação profissionalizante, há jovens que são preparados para a vida acadêmica e outros para o mercado de trabalho imediato.

A prática alfabetizadora foco desta pesquisa encontra-se neste cenário dicotômico da teoria e da prática. Estes são denominados professores leigos e estão na contra-mão da legislação educacional brasileira, devido à luta existente pela profissionalização do magistério, como situa BRZEZINSKI (2002), a atividade docente não deve ser secundarizada ou proletarizada pela sociedade capitalista, deve revestir-se de profissionalismo. Esta busca pelo profissionalismo vem colaborar para a efetivação das metas traçadas no Plano Nacional para Educação, elaborado sob a égide da Conferencia Mundial de Educação para Todos realizada no início da última década.

Pois uma das metas consiste na formação inicial e continuada de professores em conformidade com as necessidades do ensino, além de assegurar que, em cinco anos, todos os professores tenham curso superior. Dessa forma, os alfabetizadores leigos do PAS são marginalizados tanto quanto os seus alfabetizados no contexto educacional. Afirmamos marginalizados, pois apesar das pesquisas incipientes e das proposições de Paulo Freire acerca das especificidades desta modalidade, o adulto analfabeto ainda é visto como um incompetente intelectual devido à falta de socialização escolar, ou seja, o conhecimento das regras, disciplinas. Quanto ao aspecto sócio-político há uma diminuição da noção ideológica do analfabetismo e, por conseguinte da questão social que perpassa esta modalidade. Hefestos é

marginalizado, mas procurado quando para *fazer* algo, pois bem, pensemos até que ponto estes *fazedores de coisas* desconhecem seus feitos.

Nesta breve revisão dos fundamentos que constituem nossas opiniões acerca da prática, percebemos a desvantagem dos alfabetizadores em relação às outras modalidades por serem leigos e desempregados que vêem no PAS a possibilidade de garantir algum tipo de renda num município ainda com tão poucas opções de emprego. A desvantagem apresenta-se na falta de experiência ou nas experiências vividas no ensino infantil que muitos querem transplantar para a alfabetização de adultos. É importante lembrar que até a última LDB 9.394/96 o professor com o ensino médio magistério não era considerado leigo, mas qualificado. No PAS há várias limitações, dentre elas destacamos a princípio, o fato da não-repetição tanto do alfabetizador quanto do alfabetizando, após um módulo de trabalho, imprimindo um caráter aligeirado e quantitativo aos objetivos do Programa. Um módulo consiste em apenas cinco meses, de modo que os coordenadores setoriais envolvidos neste projeto de extensão desenvolvido através da UFRN já questionaram diversas vezes sobre esta regra, a justificativa que a Gerência de Acompanhamento deu para preservá-la em vigor foi afirmar que é necessário qualificar e atender o maior número de pessoas.

Nossa preocupação agora se centra no múltiplo, na realidade problemática que demanda ferramentas para sua compreensão, assim os pensadores têm que destronar suas sabedorias acumuladas e se misturar com o povo, a vida, os ensinamentos cotidianos, com a visão de mundo, como denominou Geertz em sua obra “A Interpretação das Culturas”.

A pesquisa, ainda em andamento, acontece com o grupo de alfabetizadores do município de Passa e Fica/RN, a princípio ela começou a partir das impressões adquiridas, ao longo dos três anos da minha participação no PAS, como coordenadora setorial de vários municípios do Estado e de fora, responsável pela assessoria pedagógica quanto à implantação e a manutenção das turmas de alfabetização. As inquietações acerca da formação do alfabetizador de adultos, como experiência pedagógica pessoal começaram em 1999, como voluntária, para em seguida, assumir o papel de coordenadora setorial do município de São Bento do Norte/RN. No ano seguinte, a profa. Sandra Borba, coordenadora geral do PAS, aceitou três municípios para

coordenarmos no interior do estado do Piauí. Durante o segundo semestre de 1999, mantive a coordenação do município de São Bento do Norte/RN e trabalhei juntamente com a professora Maria Eunice Pitanga Vicentini nos três municípios piauienses, por estarmos sozinhas em outro estado, estabelecemos uma parceria na coordenação dos municípios, pois normalmente cada coordenador acompanha o seu município sozinho.

A proposta do PAS chega aos municípios através das gerências de adesão compostas por pessoas da Coordenação Nacional, devido ao mapeamento dos municípios de maiores índices de analfabetismo, a Coordenação Nacional distribui os municípios entre as IES que são parceiras do Programa, sem contudo considerar a distância geográfica entre os municípios e as universidades, ou seja, há instituições paulistas, por exemplo, que acompanham municípios no interior do Estado do Rio Grande do Norte, é o caso dos municípios de Lagoa Salgada e Canguaretama, por exemplo. Como acontecia também com a própria UFRN que acompanhava municípios no Acre, Piauí e Paraíba. Compreendemos a educação enquanto um processo iniciado a partir de uma investigação antropológica, pois toda aprendizagem global está ancorada numa cultura local, embora a Coordenação Nacional busque nestas atitudes promover um intercâmbio cultural entre as tantas matizes deste país continental, o que de fato acontece é o encontro não previsto entre membros de grupos culturais semelhantes, com modos de vida distintos. Assim, por questões muitas vezes administrativas, o processo pedagógico dilui-se num encontro cultural. Ainda que a investigação antropológica seja fundamental para uma ação educativa coerente, ela é um meio não o fim, o objetivo é alfabetizar. O educador ao se propor a investigar a realidade do grupo, não deixa de lado o seu papel de sistematizar idéias, pelo contrário, a partir deste diagnóstico cultural constante deverá aprimorar sua prática alfabetizadora.

Quanto as questões administrativas, citadas como empecilhos, é que embora fosse responsabilidade das administrações locais custear nossa hospedagem e transporte para visitar as salas de aula da zona rural dos municípios, estas não cumpriam seus compromissos firmados com o desenvolvimento do PAS, através do termo de adesão.

De acordo com GEERTZ (1989), os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo

“*ethos*”, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo “visão de mundo”. O *ethos* é a moral, o caráter de um grupo, de um povo e possui detalhes que mesmo na condição de semelhante, de brasileira e nordestina, por exemplo, no caso da experiência no Piauí não se revelaram logo de início. Cito a situação abaixo como exemplo:

“... A casa do prefeito, em Cabeceiras, era um ponto de encontro entre as pessoas simples, trabalhadores rurais, que iam assistir televisão na sala da casa. A doméstica assumia o papel de dona da casa, pois a primeira-dama e o prefeito eram as pessoas que menos se viam por lá, eles na verdade moravam em Teresina e despachavam naquela casa. Já era noite, nós fomos convidadas por Maria, a doméstica, a jantar, sentamos à mesa que era na cozinha, bem aparelhada se considerarmos que a casa era localizada numa rua de barro batido. Maria pôs a comida à mesa, arroz, salada de legumes e carne, permaneceu de pé, encostada na pia, pedi-lhe pão, ela chamou um rapazinho e mandou comprar. Maria era jovem, deveria ter por volta de uns 30 anos, era clara, tinha o semblante risonho não tinha o aspecto de matrona que muitas trabalhadoras do lar adquirem, ela tinha até uma moto (...) Eu e minha colega, Eunice, começamos a jantar, Maria nos olhava, foi até a porta entre a cozinha e sala com a televisão, parou e ficou com um olho na programação da TV e o outro em nós duas, no que conversávamos...A princípio, pensei que ela estivesse na cozinha para nos auxiliar, afinal éramos de fora, ou conosco sentar à mesa, nós a convidamos, mas ela já havia jantado (...) Entendi que Maria nos observava ao pedir-lhe a manteiga para o meu pão, ela respondeu, olhando a TV que eu pegasse na geladeira!(...) a situação de sermos observadas com desconfiança foi muito inquietante, pois ela não entabulou nenhuma conversa conosco e nos respondia com monossílabos, além de demonstrar que gostaria mais de estar vendo televisão com os outros que nos ouvindo...”

Questões sobre esta situação e outras mais vivenciadas, especialmente no Piauí, continuaram sem respostas até situarmos os acontecimentos no contexto da cultura local. Em Cabeceiras, segundo a coordenadora municipal, os políticos eram a lei, no estilo coronelista, a coordenadora contou-nos que sua rua ainda não havia sido eletrificada porque a família dela votara na oposição e ela mesma ficara surpresa, por isso, ao ser escolhida como coordenadora municipal do PAS, dentre as cinco pessoas indicadas pelo prefeito que fizeram a prova. Com esta moça nós tínhamos abertura para

perguntar sobre as coisas, de modo que falamos da situação vivida com Maria na casa do prefeito, a coordenadora disse que na cidade nós éramos vistas como *peessoas* de Brasília. Era sabido que o estado do Piauí, através de seus representantes administrativos, estava envolvido em diversas CPI instauradas pela União, daí a preocupação em saber o que duas professoras conversavam ao jantar. Detalhes desta natureza impediram os processos educativos, no caso do Piauí, o PAS/UFRN desde o início esteve comprometido em sua atuação pelas condições estruturais, ou seja, pelo não cumprimento da parceria como explicamos anteriormente. Em outras palavras, a dimensão estrutural reflete diretamente na dimensão pedagógica do exercício de alfabetizar, nos conduzindo a refletir sobre o potencial emancipador do saber.

Passa, fica...e pousa o olhar a reflexão

Passa e Fica situa-se a 120 quilômetros da capital, com uma área de 43 quilômetros quadrados, na região agreste do Estado, cidade cercada por serras, dentre as quais destaca-se a Pedra da Boca, chamada assim por sua forma peculiar que lembra o formato da boca. O centro da cidade organizou-se as margens da rodovia que liga o estado do Rio Grande do Norte a Paraíba, a origem do nome da cidade está relacionada ao fato desta localidade ter nascido por ser local de passagem de tropeiros, nos idos dos anos 20. O município participa do Programa Alfabetização Solidária, desde 1998. Antes, contudo da adesão do município ao PAS, Passa e Fica hospedou no ano de 1997 um grupo multidisciplinar, coordenado pela professora Joice Boungarten, composto por jovens universitários de diferentes áreas, do programa Comunidade Solidária, da Universidade de Caxias do Sul.

Antes de assumir o município desconhecia este fato, soube da presença da Comunidade Solidária, através de dona Julinha, uma senhora com os seus oitenta anos, antiga professora do município, mãe da coordenadora municipal, Luciene Luciano. Nas vezes em que estive no município hospedei-me na casa dela. Porque a despeito da origem da cidade que começou a partir da estalagem ou bodega de seu Daniel Laureano, só no final do ano passado que abriram uma pousada na cidade, até então Passa e Fica era uma cidade por onde se passava, mas não se tinha onde ficar.

Dona Julinha, como é conhecida, contou-me que os jovens vieram ao município realizar atividades com todas as faixas etárias, das crianças aos mais idosos, ela mesma na época participara de um curso sobre saúde na terceira idade, no qual ela aprendeu exercícios físicos para as articulações, como ela mesma chama, *uma ginástica para velhos*. Disse que durante certo tempo ficou como monitora no município, como multiplicadora, ou seja, aquela que dá continuidade, após a atuação da Comunidade Solidária, se reunindo com os idosos para continuarem a se exercitar, mas aos poucos o grupo foi se dispersando por falta de renovação nos exercícios.

Ao falar sobre isso, pediu-me para entrar em contato com a professora Joice Boungarten para que esta enviasse novos materiais, como fitas de vídeo ou revistas sobre o assunto. Dona Julinha entregou-me um cartão com o endereço eletrônico e com o telefone da professora Joice consegui localizar a professora e esta telefonou para sua monitora. Dona Julinha ficou muito feliz e agradecida.

Relatei este evento, para destacar que as ações assistencialistas, como a Comunidade Solidária, por mais que se proponham a promover a continuidade e a autonomia, são breves demais para tanto. Remeti-me ainda a este fato, pois no ano seguinte, o Programa Alfabetização Solidária foi implantado no município como forma de sanar algumas deficiências do município em relação ao analfabetismo de jovens e adultos.

O PAS, em si, chega ao município como uma ação governamental já pré-formatada, ou seja, como mais uma iniciativa verticalizada, embora esta verticalização persista na dimensão administrativa do Programa em relação tanto com os coordenadores setoriais, quanto com os municipais, através do tom impositivo das gerências de atendimento. Por um problema de intransigência da Coordenação Nacional foi aconteceu o atraso do início do módulo XI, relato o motivo a seguir:

Por exemplo, na última etapa da capacitação do módulo X que reuniu os municípios de fora do Estado, as atividades pedagógicas encerraram-se em fevereiro, contudo a responsabilidade da capacitação estendeu-se até o início de abril, devido à hospitalização inusitada de um alfabetizador piauiense acometido por uma doença rara enquanto participava da capacitação, ficando sob os cuidados da coordenação geral do PAS/UFRN, a professora Sandra

Maria Borba Pereira e a coordenadora setorial, Maria Eunice Pitanga, do município de Novo Santo Antônio, local de origem do alfabetizador hospitalizado. O rapaz diversas vezes esteve sob risco de vida, a situação mobilizou as várias instâncias da UFRN, desde o Departamento de Educação, a Pró-Reitoria de Extensão, através da pessoa do prof. José Willington Germano e a pessoa do reitor, prof. Óton Anselmo. A Coordenação Nacional, consultada diversas vezes ante a gravidade da situação, apenas afirmou que o Programa Alfabetização Solidária, através da AAPAS, não cobriria gasto relacionado à saúde do alfabetizador, pois não existia rubrica para legitimar a liberação destes valores. Um programa voltado para o exercício pleno da cidadania, adjetivado solidário, possui em sua gerência executiva, pessoas que desconhecem a etimologia deste verbete.

Já na dimensão educativa, a Universidade, através dos coordenadores setoriais procura estabelecer, como agência formadora, um diálogo com as diversas realidades alcançadas através do PAS, no interior do Estado. Conforme DUARTE (apud SANTOS, 1986), os conhecimentos gerados na universidade não são únicos, existem outras formas de conhecimentos surgidas da prática de pensar e agir dos inúmeros segmentos da sociedade e são desprovidas de legitimidade institucional.

Sob a coordenação pedagógica da UFRN encontram-se 27 municípios potiguares, a formação é efetivada pelo NUPEJA (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos), neste trabalho da formação dos alfabetizadores compreendemos que a problemática da alfabetização de jovens e adultos ultrapassa os limites da cognição exigindo do educador habilidades específicas, uma das principais habilidades necessária a este alfabetizador é a capacidade de *aprender a aprender* inerente ao universo adulto contemporâneo.

A ação educativa direcionada a um adulto que é abordado diariamente com novos desafios de aprendizagem e com a velocidade da complexidade social exige uma postura metodológica que considere os saberes dos alfabetizandos.

No imaginário da sociedade moderna, a alfabetização está vinculada a desenvolvimento, conforme esta associação reducionista o analfabetismo adulto é causa da pobreza e do atraso econômico de um país. Dessa forma,

este pensamento oculta as relações concretas e desiguais que definem a tessitura social, de modo a escaparmos da esparrela reducionista buscamos criar formas de despertar a criticidade do alfabetizador para que assim não cometamos o equívoco de pensar a alfabetização de jovens e adultos somente em seu aspecto de conscientização ou tão somente como domínio das habilidades mínimas.

A ação de redução do analfabetismo começa pela destituição das dicotomias que cercam a figura do adulto analfabeto, do professor alfabetizador de jovens e adultos e da própria atividade de extensão universitária. Proponho, portanto estes pontos à reflexão, a figura do adulto ou do jovem analfabeto na sociedade contemporânea está associada ao fracasso, aquele que fracassou na escola e, por conseguinte na vida. Vejamos o que afirmou seu Chagas em uma entrevista realizada nas salas de aula do PAS, no Piauí, no município de Novo Santo Antônio, durante a efetivação do projeto Trocando Cartas, Misturando Vidas: *“Pesquisadora: E, seu Chagas, o que o senhor acha dessa idéia de escrever uma carta para uma pessoa que o senhor não conhece que está lá no Rio Grande do Norte? Seu Chagas: - (...) Se a gente tá na mesma aula e nós conseguimos escrever uma carta um pro outro é sinal que nós alcançemo alguma coisa... saímo de uma escuridão qualquer...”*.

Escolhi a fala do seu Chagas por ecoar as afirmações de tantos outros jovens e adultos freqüentadores das salas do Programa Alfabetização Solidária que se autodenominam cegos, estes semelhantes a Tirésias foram castigados com a cegueira por se aproximarem pelos próprios pés de Minerva, a deusa da sabedoria. Os Tirésias da atualidade são esquecidos pela escola por terem suas sabedorias, seus modos de vida independente da condução dos mestres escolares.

Em outras palavras são pessoas possuidoras das possibilidades e limitações da vida adulta, de sabedorias que estão além da escrita, pois a leitura de mundo precede a leitura das palavras como muito sabiamente afirmou Paulo Freire. Diferentemente das crianças o adulto aprendiz possui esquemas cognitivos para a compreensão do mundo no qual está inserido, a escola assim deve rever seus objetivos para atender este público e suas peculiaridades.

Não basta legalizar a EJA incluindo esta modalidade na educação básica se mantivermos a postura pedante de desconsiderar as experiências anteriores e paralelas ao espaço da sala de aula. No entanto esta sabedoria primeira é vista como desnecessária àqueles que elegem a escrita como ponto final do processo de aprendizagem humano, não a percebendo como apenas mais uma tecnologia. A postura de respeito ao senso comum deve ultrapassar as dicotomias também em relação ao alfabetizador e a própria atividade extensionista, pois a extensão ao invés de ocupar o lugar da tríade formativa assumida pela universidade pública é compreendida como terceiro lugar dentre as prioridades acadêmicas. A extensão ocupa o papel de garimpar em novos espaços, outras aprendizagens como fim para a atualização dos saberes acadêmicos, como afirma MORIN (2001), o conhecimento progride não tanto por sofisticação, mas formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. Os projetos de extensão contam em sua maioria com a participação dos graduandos e alguns pós-graduandos e menos com o envolvimento dos professores pesquisadores. Em contrapartida a participação em um projeto de pesquisa é pleiteada por muitos estudantes pelo *status quo* que a chance delega ao graduando, por tratar-se de uma preparação também à pós-graduação, ou seja, a continuidade da formação acadêmica.

De modo que novamente percebemos a influência das nossas raízes culturais que valorizam a atividade ilustrada em detrimento do trabalho como fonte de aprendizagem, nesse sentido BOAVENTURA SANTOS (2000) pontua que a hegemonia da universidade e do saber pensar em detrimento do saber fazer significou a cisão entre a educação e o mundo do trabalho, isso repercute de forma direta na abordagem metodológica a ser assumida no processo de alfabetização, pois o alfabetizador que desconhece o seu alfabetizando enquanto ser ativo e trabalhador empobrece a ação educativa.

A alfabetização de uma nação está vinculada a desenvolvimento econômico, no imaginário da sociedade moderna, graças a esta associação reducionista o analfabetismo adulto é, entre outras, causa da pobreza e do atraso econômico de um país. Assim podemos pensar no analfabetismo como face da mesma moeda, ora percebido como causa, ora como efeito,

perpetuando nesta dicotomia a cegueira ideológica relacionada às outras variáveis que este fenômeno social.

Como discorreremos a respeito do contexto específico do PAS esboçaremos neste capítulo os pressupostos sócio-políticos sobre os quais o Programa está fundamentado. A princípio traçamos o percurso da EJA na história da educação brasileira, contudo ampliaremos ainda o foco das nossas reflexões para o contexto mundial e latino-americano, através de um breve trajetória das CONFITEAs (Conferência Internacional sobre Educação de Adultos) nos detendo especialmente na última realizada em 1997, na cidade de Hamburgo, na Alemanha e do levantamento das experiências existentes na América Latina voltadas para a resolução deste problema social. Nos deteremos especialmente na última CONFITEA por ter sido nesta definidos alguns pressupostos que influenciam diretamente a EJA no cenário brasileiro e conseqüentemente, o Programa Alfabetização Solidária.

Profundas mudanças no âmbito internacional são decorrentes do período pós-segunda guerra, pois o homem não estava preparado para descobrir-se efêmero. De modo que até a segunda guerra mundial a educação de jovens e adultos era concebida como extensão da educação formal destinada aos habitantes das periferias urbanas e zonas rurais (Gadotti, 2001). Até os dias de hoje já aconteceram cinco CONFITEAS, a primeira acontecendo na Dinamarca (1949) ainda sobre a égide do terror da guerra, a educação de adultos foi pensada como educação moral para preparar o homem à paz. Por ocasião da II CONFITEA realizada em Montreal (1963) surgem dois enfoques distintos: a educação permanente e a educação de base ou comunitária. Na III CONFITEA (Tóquio, 1972) é retomada a idéia da educação de adultos como suplência da educação formal, esta concepção é retomada em 2001 pelo MEC através da criação do Projeto Recomeço.

Na conferência seguinte realizada em Paris, em 1985, as discussões promovem a pulverização da definição de educação de adultos ao se discutir sobre questões secundárias como educação rural, familiar, da mulher, técnica, vocacional e outras, embora sejam questões pertinentes pulverizaram o cerne da educação de jovens e adultos, afinal estes aspectos são características de uma modalidade educativa. A última CONFITEA realizada em 1997, na cidade de Hamburgo, Alemanha influencia as políticas educacionais dos países em

desenvolvimento, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Além desta conferência relevante para o cenário educacional brasileiro, resgatamos a luz da reflexão o Fórum Mundial de Educação, sediado em Dakar, Senegal, em 2000 que aquilatou importantes elementos sobre a década da alfabetização estabelecida em Jomtien, Tailândia, por ocasião da Conferência Mundial de Educação para Todos.

A prática como coordenadora setorial, ou seja, professora formadora atuando através das visitas continuadas que acontecem ao longo do módulo, apresentou-me o desafio de ser conhecedora do referencial cultural do grupo de professores, de modo a sistematizar uma formação contextualizada.

Este desafio educacional contribuiu para a escolha da abordagem metodológica da pesquisa: a de um estudo etnográfico. A princípio sistematizamos as impressões e as memórias das experiências vividas no PAS, para em seguida, enfocarmos a prática dos alfabetizadores. É pertinente salientar que o grupo de controle formado por treze alfabetizadores, monitora pedagógica e coordenadora municipal é misto, por ser formado por alfabetizadores de módulos anteriores, sob outras coordenações, do módulo anterior e alfabetizadores novatos. Além destes realizamos entrevistas com ex-alfabetizadores e coletamos registros através do diário etnográfico do grupo de alfabetizadores do módulo X, o grupo anterior ao atual.

Em seguida detalharemos os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa, como fontes para a análise contamos com os diários etnográficos dos alfabetizadores do módulo X e XI, do primeiro grupo tanto os diários da capacitação quanto da prática de sala de aula, já do segundo grupo temos os diários da capacitação, pois atualmente estes estão em sua prática alfabetizadora, também elaborando seus diários. Durante a última capacitação também redigi o meu diário etnográfico, com ambos os grupos de alfabetizadores realizamos um diagnóstico das expectativas iniciais. Apenas com o primeiro grupo foi realizado um questionário ao término do módulo, embora esteja programado para o grupo atual.

Como meio de avaliar a entrevista realizamos um pré-teste com algumas ex-alfabetizadoras, contudo, os resultados foram tão ricos de significados que resolvemos considerar os dados coletados como válidos. Durante a última capacitação ofereci uma oficina intitulada *Na vida dez, na escola zero*, na qual

discutimos sobre o analfabetismo adulto no século XXI, gravamos em fita cassete os depoimentos dos alfabetizadores dos vários municípios que participaram, é importante ressaltar que trabalhamos com diversos tipos de alfabetizadores, de modo a construirmos uma compreensão coerente e rica sobre estes e suas práticas de alfabetização.

O diário etnográfico

Na capacitação do módulo X, em dezembro, a equipe pedagógica organizadora da capacitação teve a idéia, baseada em experiência semelhante desenvolvida pelo professor João Francisco de Souza/UFPE, em criar um diário etnográfico no qual os alfabetizadores registrariam o que aconteceu de mais interessante durante a capacitação. Desta vez, estes escreveram sem direcionamento algum e esta prática de registro estendeu-se até às salas de aula, ao menos no município de Passa e Fica. Dos quinze alfabetizadores do módulo X temos (08) oito diários da capacitação e oito dos relatos de sala de aula, escritos ao longo do módulo. Após a leitura dos diários da capacitação, identificamos que os alfabetizadores se limitaram a relatar sua rotina de trabalho, as atividades que participaram e as impressões pessoais sobre o momento vivido: a saída de casa, alguns pela primeira vez, a distância dos familiares, o apego aos professores formadores. Os alfabetizadores passam por um processo de fragilização impactante por estarem distantes das suas cidades. Mesmo acompanhados dos colegas, que conhecem superficialmente do município, sentem-se expostos por serem colocados em situações de convívio intenso, como a divisão do quarto.

No que diz respeito aos diários de aula estes foram escritos semanalmente e possuem uma multiplicidade maior de experiências, embora se restrinjam a descrever os procedimentos utilizados em sala de aula, a seqüência didática. Com exceção de alguns que escreveram diariamente e nos quais encontramos pequenas reflexões sobre a própria prática e o processo de aprendizagem do alfabetizando.

O trecho abaixo é de um diário escrito semanalmente.

“(...) Nesta semana, houve contação de histórias, adivinhações e até algumas dinâmicas. Foi uma semana bem animada, bem diferente. As minhas alunas, finalmente estão se abrindo um pouco mais para novos conhecimentos, pois no

*início, só aceitavam conteúdos que tivesse apenas leitura e escrita.”
(alfabetizadora do centro)*

Os trechos abaixo são de alguns poucos diários escritos com a frequência diária.

Bom hoje tentei juntar português com matemática. Quando via fazer isto com arte a coisa se complica, a maioria não gosta de colagem, nem de desenho, desenho é pior o que realmente eles querem e desejam é escrever e ler. Tenho tentado mostrar que a outras maneira de se aprender e que informação também é aprendizagem. Mas mesmo não gostando eles fazem. (alfabetizadora do sítio Lagoa do Venâncio)

Começamos a aula falando sobre matemática. Uns falaram que não gostavam de matemática. Falei sobre os símbolos da matemática. Eles falaram que esses símbolos é muito complicado. Mas com uma boa explicação nós vamos entender. Passei um exercício sobre conjunto para eles entenderem mais. Até que eles acertaram. Mas sentir que este assunto é muito difícil para eles. Por isso que não continuei. (alfabetizadora do sítio Fernando dos Inácios)

Encontramos entre os diários um mensal e cinco que não relatam o módulo até o final. Lembro-me que muitas alfabetizadoras só se preocuparam em organizar o escrito quando revelei que estes serviriam para a minha pesquisa, por esta ocasião, expliquei-lhes o objetivo da pesquisa, algumas ficaram preocupadas em saber quando aconteceria as observações, outras lisonjeadas por serem tema da minha pesquisa, como se o fato de estarem sendo observadas lhes valorizassem a prática. Segundo TOBIN (2001), há um sentido de que para engajar a pesquisa a negociação de entrada e o consentimento informado se processem preferencialmente antes do começo do estudo.

Já na última capacitação, em junho, realizada após quase cinco meses de paralisação, a prática do diário etnográfico não foi realizada em todos os municípios, sendo estes um dos problemas da capacitação do módulo XI, a falta de disponibilidade de tempo da equipe pedagógica para realizar a formação. Apesar disso, como coordenadora setorial e pesquisadora estava muito interessada nas impressões dos alfabetizadores acerca do curso de formação que estes participam, antes de assumirem as turmas. Assim sendo, sistematizamos uma orientação por escrita de que pontos eles deveriam contemplar em seus diários etnográficos, solicitamos que escrevessem sobre

os seus sentimentos, as aprendizagens, as dúvidas, as oficinas, as palestras, o convívio com o grupo, as amizades, o relacionamento com as professoras formadoras.

Os limites e as possibilidades: Breves considerações

Nesta breve revisão dos fundamentos que constituem nossas opiniões acerca da prática, percebemos a desvantagem dos alfabetizadores em relação às outras modalidades por serem leigos e desempregados que vêm no PAS a possibilidade de garantir algum tipo de renda em municípios ainda com tão poucas opções de emprego. A desvantagem apresenta-se na falta de experiência didática, na representação de escola e na reprodução das experiências vividas como professores do ensino infantil que muitos aplicam para a alfabetização de adultos. É importante lembrar que até a última LDB 9.394/96 o professor com o ensino médio magistério não era considerado leigo, mas qualificado. Contudo, atualmente uma das metas da legislação educacional em vigor consiste na formação inicial e continuada de professores em conformidade com as necessidades do ensino, além de exigir que, em cinco anos, todos os professores tenham curso superior. Dessa forma, os alfabetizadores leigos do PAS são marginalizados tanto quanto os seus alfabetizados no contexto educacional e até o próprio programa enquanto extensão universitária, por se tratar da educação de um grupo até então esquecido pelo curso de Pedagogia. Apesar de recentemente, devido às atividades de extensão estarem sendo oferecidas disciplinas que contemplam a temática e as especificidades da educação de jovens e adultos.

Afirmamos que tanto alfabetizadores quanto alfabetizados são marginalizados, pois apesar das pesquisas incipientes e das proposições de Paulo Freire acerca das especificidades desta modalidade, o adulto analfabeto ainda é visto como um incompetente intelectual devido à falta de socialização escolar, ou seja, o conhecimento das regras, disciplinas. Quanto ao aspecto sócio-político há uma diminuição da noção ideológica do analfabetismo e, por conseguinte da questão social que perpassa esta modalidade.

No PAS há várias limitações, dentre elas destacamos a princípio, o fato da não-repetição tanto do alfabetizador quanto do alfabetizado, após um

módulo de trabalho, imprimindo um caráter aligeirado e quantitativo aos objetivos do Programa. Um módulo consiste em apenas cinco meses, de modo que os coordenadores setoriais envolvidos neste projeto de extensão desenvolvido através da UFRN já questionaram diversas vezes sobre esta regra, a justificativa que a Gerência de Acompanhamento deu para preservá-la em vigor foi afirmar que é necessário qualificar e atender o maior número de pessoas.

Além disso, há o aligeiramento na formação, esta acontece em caráter de treinamento, de modo que os alfabetizadores assumem suas salas de aula, muitos sem nenhuma experiência anterior na área, no caso dos alfabetizadores de Passa e Fica/RN, apenas dois cursaram o já quase extinto curso profissionalização do magistério, nos moldes do Logus II ou da sua versão mais recente, o Renascer.

Embora saibamos que a panacéia para a EJA não se encontre apenas na formação do professor é preciso lembrar que, segundo RIBEIRO (1999, p.193) e HADDAD apud BRZEZINSKI (2002, p.125), a garantia somente do acesso à sala de aula não oferece, por conseguinte condições de qualidade e permanência dos educandos. Durante a capacitação são abordados diversos conhecimentos sem aprofundamento nas discussões não favorecendo a apropriação dos referenciais que pautam esta abordagem de alfabetização, esta rapidez na formação embora indique caminhos vai sendo apropriada gradativamente pelos alfabetizadores nos acompanhamentos realizados através das visitas. Outra limitação identificada é o ensino através de módulos, pois é preciso pensar que em cinco meses, tempo de duração de um módulo, homens e mulheres trabalhadores que se colocam em estado de tensão por não terem nos músculos da mão calejada, segundo MADEIRA (1999, p.18), não estarão dominando o “*ethos*” do espaço escolar. Dessa forma, faz-se necessário um trabalho de socialização ou ressocialização daquele adulto que ingressa ou retorna a sala de aula, para então o processo de ensino-aprendizagem adquirir a fluidez necessária, a despeito da quantidade a ser atendida deveríamos primar pela qualidade deste momento tão ansiado por estes homens e mulheres.

Apesar dos princípios norteadores do PAS não contemplarem o aspecto sócio-cultural da alfabetização de adultos e estarem voltados mais para a

quantificação do que a qualidade das ações desencadeadas, a universidade enquanto agência formadora, através desta ação extensionista, tem ao longo das capacitações realizado um trabalho pautado no referencial cultural dos municípios, intercalando as áreas dos conhecimentos e valorizando a riqueza sócio-histórica nordestina.

Proporcionando ainda instrumentos e momentos de auto-reflexão como é o caso do diário etnográfico, contribuindo indiretamente para o despertar da necessidade da profissionalização para alguns. Neste aspecto da profissionalização é significativo destacar a re-inserção social tanto de alfabetizados quanto de alfabetizadores, estes últimos focos desta pesquisa ocupam um papel social distinto ao assumirem a prática alfabetizadora. Estamos atualmente analisando entrevistas e diários etnográficos com ex-alfabetizadoras que ilustram estas afirmações.

Enfim, almejamos através da ação formativa desencadeada pelo NUPEJA sistematizar entre os alfabetizadores uma compreensão da indissociabilidade entre a dimensão social e a educacional, de modo que a certeza primordial para os alfabetizadores ao cruzarem os umbrais da capacitação é que ninguém ensina ninguém, mas também ninguém aprende sozinho, ou seja, o papel de mediador deve ser assumido pelo alfabetizador, de modo que o momento de sala de aula seja um momento de práxis tanto para educadores quanto para educandos. Embora haja suas limitações ante a brevidade imposta pelo próprio PAS, o NUPEJA criou estratégias para repetição tanto dos alfabetizadores quanto dos alfabetizados, no entanto, ainda não há um instrumento para avaliar quando estes estão prontos para ingressarem no Recomeço, a EJA municipal.

Apesar das limitações tantas deste projeto de extensão, nesta pesquisa buscamos lançar luzes às aprendizagens ocorridas neste processo formativo, tanto para os professores formadores quanto para os alfabetizadores e as alternativas alcançadas entre os espaços possíveis em meio à regulamentação e a efetivação de mais uma iniciativa na área da Educação de Jovens e Adultos. No limite entre o paradigmático e o pragmático acontecem avanços e recuos que merecem registro por consistir momento histórico da problemática do analfabetismo adulto brasileiro. (PPGED/UFRN)

Referências Bibliográficas

BRZEZINSKI, Iria. A formação e a carreira de profissionais da educação na LDB P.394/96: possibilidades e perplexidades in **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. Iria Brzenzinski (org.). São Paulo:Cortez, 2002.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIORDAN, André. **As origens do saber**: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HADDAD, Sérgio. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB in **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. Iria Brzenzinski (org.). São Paulo:Cortez, 2002.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. 1999. **Para falar em Andragogia**, Programa Educação do Trabalhador, v. 2, CNI-SESI.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico in **Revista Educação & Sociedade**: revista quadrimestral de ciência da educação. Campinas: CEDES, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo:Cortez, 2000.

TOBIN, Kenneth. Questões éticas associadas à pesquisa em ensino e aprendizagem in **Les Cahiers du CIRADE**, vol. 1, sept. 1998 Université du Québec à Montreal. p.45-75. Tradução-livre: Adir Luiz Ferreira. UFRN/abril, 2001.

[i] Lagoa D'Anta, São Bento do Norte/RN.

[ii] Cabeceiras do Piauí/PI, Novo Santo Antônio/PI e Boa Hora/PI.

[iii] Instituição de Ensino Superior.

[iv] Programa Alfabetização Solidária.

[v] Comissão Parlamentar de Inquérito.

[vi] Este programa atua na área da educação e saúde nas comunidades carentes do país.

[vii] Gilka Pimentel, Gilmara Carla e Janeide Cavalcante.

[viii] Programa surgido a partir da ação do PAS que obedece aos moldes da educação de suplência, mas é municipalizado.

[ix] Educação de Jovens e Adultos.